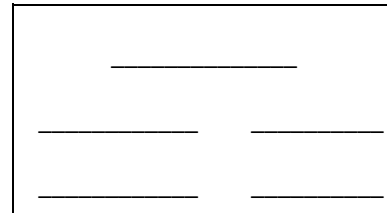




CÂMARA MUNICIPAL DE  
VIANA DO ALENTEJO



## ATA N.º 23/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 21/10/2020

**Participações por videoconferência (Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com redação dada pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho)**

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO

VEREADORES: JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA, Vice-Presidente da Câmara

PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO

HELENA ISABEL BARROS TORRÃO, em substituição de Luis Miguel Fialho Duarte

JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

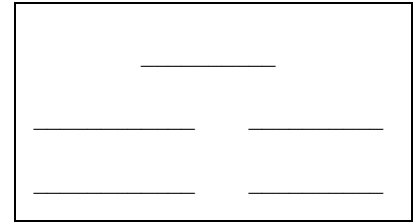
HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	FALTAS INJUSTIFICADAS

### RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 01/10/2020

CAIXA .....	5.224,27 €
FUNDOS DE MANEIO .....	4.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 3 – JOSÉ LUIS CURTO BANHA .....	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA .....	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES .....	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO .....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 8 – LUISA MARIA BRAGA MOURO LAGARTO .....	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	2.331,861,57 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 .....	967.993,16 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 .....	2.107,52 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 .....	4.616,57 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 .....	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 .....	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 .....	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER .....	666,69 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001 .....	312.398,44 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668 .....	278.898,71 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 .....	275.628,15 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 .....	42.421,09 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 .....	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 .....	277.794,49 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	2.337.085,84 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	2.216.494,98 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS .....	120.590,86 €

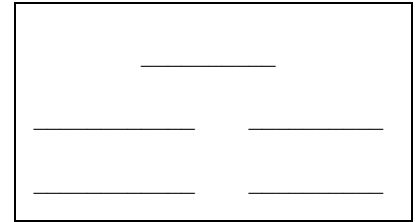


\O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual foi realizada por videoconferência, no âmbito das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 e da doença COVID-19, cujo prazo foi alargado pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, que através do seu artigo 2.º, alterou o art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, possibilitando que até 31 de dezembro de 2020, possam ser realizadas por videoconferência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais. -----

O Senhor Presidente informou que o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, por motivos pessoais, não pode estar hoje presente. Nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, este Vereador fez-se substituir pela cidadã Helena Isabel Barros Torrão, em virtude do cidadão Joaquim Maria Pinto Bento - que o substituiria por ser o seguinte na lista da CDU- não ter disponibilidade para o efeito.-----

É a seguinte a Ordem de Trabalhos da presente reunião:-----

- 1.Proposta de aprovação da ata em minuta;-----
- 2.Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 23 de setembro de 2020;-----
- 3.Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 7 de outubro de 2020;-----
- 4.Informação sobre a atividade da Câmara;-----
- 5.Conhecimento dos despachos proferidos pelo Senhor Vice – Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística;-----
- 6.Proposta de ratificação do Despacho do Senhor Presidente que aprovou benefícios no âmbito da Ação Social Escolar;-----
- 7.Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais;-----
- 8.Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso;-----
- 9.Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso;-----
- 10.Proposta de atribuição de apoio em espécie, no âmbito da “Oficina Domiciliária”-----
- 11.Proposta de deferimento do pedido de averbamento na licença de Taxi n.º 6 de Joaquim Manuel Capinha Bacalas, Lda; do veículo de matrícula AC-09-VJ, em substituição do veículo de matrícula VD-56-46-----
- 12.Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 2 (último) relativo à Empreitada de Remodelação dos Sanitários Públicos da Praça da República em Viana do Alentejo-----
- 13.4.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Receita-----
- 14.15.ª Proposta de alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais-----
- 15.14.ª Proposta de alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos-----



- 16.22.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa-----
- 17.Proposta de designação do diretor de fiscalização da Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires-----
- 18.Proposta de designação do Coordenador de Segurança em Obra da Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires-----
- 19.Proposta de aprovação do Plano de Segurança e Saúde para execução da Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires-----
- 20.Proposta de celebração de Protocolo de Parceria com a Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco-Escolas e de autorização da transferência da verba respetiva-----
- 21.Pedido de redução do pagamento de taxas no âmbito do Processo n.º 221/18 cujo requerente é Tiago José Viegas Pires-----
- 22.Proposta de notificação para que o requerente CAPACONSELHAMENTO – Aconselhamento e Psicoterapia, Unipessoal, Lda, apresente pedido de legalização no âmbito do Processo n.º 173/19-----
- 23.Proposta de notificação para que o requerente Umbelina Maria Camelo Dias, apresente pedido de legalização no âmbito do Processo n.º124/20-----
- 24.Proposta de deliberação no âmbito do Processo n.º18/13.3 TAF de Beja (Herdade Vale Lameira – Parcela J / Alcáçovas)-----
- 25.Proposta para elaboração da alteração do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, adaptando-o ao quadro Jurídico eficaz.-----

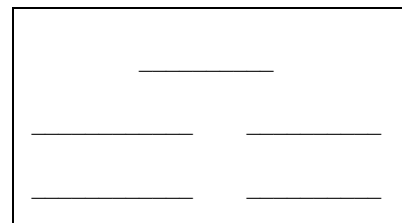
O Senhor Presidente realçou que a presente reunião é a segunda a ser gravada para posterior disponibilização no site do Município. Tratando-se de um procedimento novo, disse o Senhor Presidente que o objetivo é aumentar a qualidade das gravações para que fiquem bem perceptíveis.-----

O Senhor Presidente fez notar que os participantes que se encontram de máscara estão numa sala do edifício dos Paços do Município, estando sem máscara os Vereadores que se encontraram nos seus espaços particulares.-----

Disse o senhor Presidente estar recetivo a todas as sugestões para melhor operacionalização e disponibilização do sistema de gravação das reuniões.-----

**Período de Antes da Ordem do Dia**- Nos termos do artigo 52.ª do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia:-----

O Senhor Presidente referiu que à semelhança dos anos anteriores, o executivo autárquico pretende recolher contributos dos seus munícipes para enriquecimento dos Documentos Previsionais para 2021 (Plano de Atividades e Orçamento). Tendo em conta o contexto pandémico causado pela Covid-19 e as restrições impostas pelas autoridades competentes, este ano é forçado a alterar o formato habitual, ou

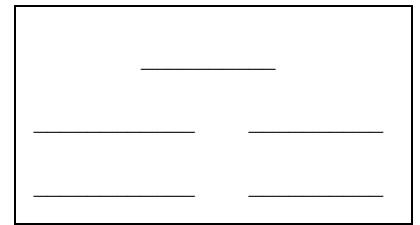


seja, os referidos contributos terão de ser efetuados por meios digitais, podendo os munícipes enviar os seus contributos/observações/sugestões para o endereço de e-mail [orcamento@cm-vianadoalentejo.pt](mailto:orcamento@cm-vianadoalentejo.pt) até às 22h, do dia 26 de outubro. Para além disso, os contributos/observações/sugestões poderão ainda ser dados telefonicamente e/ ou digitalmente, no dia 26 de outubro, entre as 21h e as 22h, por telemóvel ou por videoconferência (com recurso à ferramenta Webex), solicitando-se, para operacionalização, inscrição prévia. A divulgação desta alteração está a ser feita através do facebook do Município e distribuída porta-a-porta.-----

O Senhor Presidente informou que no passado dia 30 de setembro decorreu uma reunião da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, que teve como principal objetivo eleger um novo presidente para o mandato que agora se inicia e que terá a duração de três anos. Foi eleita Maria João Rodrigues, que nos últimos quatro anos, representou a Associação Terra Mãe – Solidariedade e Intervenção Social. A CPCJ de Viana do Alentejo foi criada a 23 de abril de 2007 e tem como principal objetivo promover os direitos das crianças e dos jovens, prevenindo ou pondo termo a situações de perigo. Disse o Senhor Presidente que em nome do executivo municipal em regime de permanência, já havia felicitado a presidente agora eleita, tendo reiterado a disponibilidade do Município no que se julgar necessário. O Senhor Presidente deixou também uma palavra ao presidente cessante, Manuel Rafael, pelo bom trabalho desenvolvido ao longo dos últimos seis anos.-----

O Senhor Presidente informou que a Rota da EN2 – Estrada Nacional 2 já tem *website* disponível, uma plataforma em constante atualização, através da qual é possível ficar a conhecer a história da Associação, descobrir os vários Municípios que dela fazem parte, bem como o património, gastronomia, serviços, alojamento e locais onde pode carimbar o passaporte oficial. Os visitantes podem também ficar a par de notícias da Associação e dos Municípios que a constituem. Recorda-se que a EN2, que este ano assinala 75 anos, é a mais extensa do País, com um total de cerca de 739 km, de Chaves a Faro e que o Município de Viana do Alentejo é membro fundador da AMREN2 – Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2.-----

O Senhor Presidente referiu que no âmbito do Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento, o Município recebeu, durante o mês de setembro, candidaturas para apoio na compra de medicamentos, sendo possível apoiar mensalmente um total de 27 pessoas. Disse o Senhor Presidente que na maioria das vezes, devido à fragilidade económica, muitos cidadãos são levados a optar entre a aquisição de medicamentos e a aquisição de bens essenciais, contribuindo esta situação para o agravamento do seu estado de saúde. Assim, o Programa visa apoiar munícipes em situação de insuficiência económica, através da comparticipação de medicamentos sujeitos a receita médica do SNS – Serviço Nacional de Saúde ou prescritos por médico registado na Ordem dos Médicos. O apoio do Município é de 100,00€,



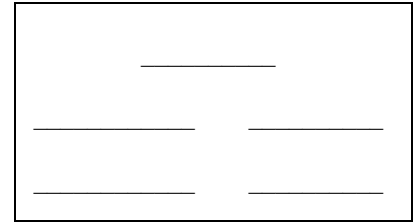
(cem euros), por beneficiário, sendo o restante assegurado pela Associação Dignidade, na sequência de um protocolo assinado em setembro de 2019. Nos termos do Regulamento Municipal do Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento, este benefício cessa no final de cada ano, podendo o requerente solicitar a sua renovação.-----

Sobre a empreitada do Centro Social de Aguiar, que teve início em julho e registou um pequeno atraso com os trabalhos preparatórios na área de implantação, o Senhor Presidente informou que decorrem agora os trabalhos de especialidade e de construção dos edifícios. A empreitada tem uma duração prevista de catorze meses e o Centro Social resultante será dotado de um espaço multifuncional, para além de outras instalações, nomeadamente o pólo da biblioteca e um espaço de apoio ao voluntariado. O Centro Social de Aguiar tem um investimento total previsto superior a 1.100.00,00€ (um milhão e cem mil euros), financiado por Fundos Comunitários em cerca de 800.00,00€ (oitocentos mil euros). Disse o Senhor Presidente que o Município lamenta os eventuais incómodos causados com a execução da obra lembrando, no entanto, que à semelhança de todas as obras e investimentos no Concelho, a construção deste equipamento multiusos trará benefícios futuros a toda a comunidade, particularmente à Freguesia de Aguiar.-----

O Senhor Presidente referiu que o Município procedeu recentemente ao asfaltamento de um troço da estrada que faz a ligação entre a Nacional 2 e São Cristóvão, entre a Herdade Água de Elvira dos Padres e a Ponte da Ribeirinha, numa extensão de cerca de quatrocentos metros. A intervenção, que constitui uma mais-valia para o setor agrícola, teve como finalidade proporcionar melhores acessibilidades às propriedades agrícolas, tendo sido efetuada em parceria com os vários proprietários locais.-----

O Senhor Presidente referiu que o Município cancelou as atividades municipais previstas até ao final do ano, de modo a minimizar os riscos associados à pandemia da Covid-19, tendo sempre procurado cumprir todas as orientações da DGS – Direção-Geral da Saúde, bem como as decisões do Governo. Atendendo ao facto do número de casos positivos ter vindo a aumentar em todo o País e mantendo o sentido de prudência e responsabilidade que tem assumido, o Município cancelou todas as atividades que iriam realizar-se até ao final do ano, nomeadamente o Mês Sénior, a Mostra de Doçaria de Alcáçovas, a Festa de Natal das Escolas, o almoço de Natal dos funcionários e a abertura da Piscina Municipal de Alcáçovas para a época balnear de inverno.-----

O Senhor Presidente no seguimento de anteriores comunicações que o Executivo Municipal em regime de permanência tem dirigido à população, com o objetivo de informar sobre a evolução do processo “pandemia Covid-19”, fez um ponto de situação, sublinhando particularmente a situação deste Concelho. Recordou que no dia 22 de maio foi detetado o primeiro caso positivo Covid-19 no Concelho, tendo as situações sido coordenadas pela autoridade de saúde, de acordo com os protocolos e medidas



adequadas à ocorrência. De acordo com os dados oficiais da DGS – Direção-Geral da Saúde, disse que os números no Concelho são, à data de hoje (21/10/2020) os seguintes: 11 casos confirmados, 4 recuperados, 6 ativos e, lamentavelmente, 1 óbito. Em nome do executivo, já foram endereçadas as sentidas condolências à família enlutada.-----

Sobre os dados divulgados pelo Município, o Senhor Presidente salientou que, não sendo possível à Câmara Municipal atualizar e verificar a veracidade da informação proveniente das diversas fontes, é comunicada a informação que chega das entidades oficiais (isto porque tem chegado informação “não oficial” sobre casos Covid-19 positivos que, mais tarde, se constata não corresponder à realidade). Disse o Senhor Presidente que o próprio ficheiro de dados divulgado no *site* da DGS já apresentou erros relativamente a este Concelho (que entretanto foram corrigidos).-----

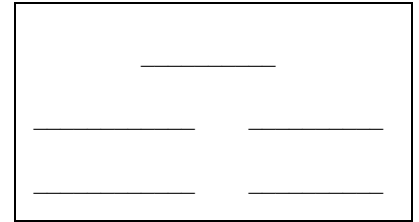
O Senhor Presidente voltou a apelar à responsabilidade de cada um, recomendando a todos uma atitude prudente e atenta às orientações da DGS, nomeadamente mantendo o distanciamento social, usando máscara, lavando/desinfetando as mãos, evitando ajuntamentos e evitando festas. Acrescentou que o Município continuará, como até aqui, a acompanhar a situação, articulando as suas ações com as diversas entidades locais, regionais e nacionais, nomeadamente da área da Proteção Civil, da Segurança Social e da Saúde, entre outras, tomando todas as medidas que entender mais adequadas em benefício de todos os munícipes, particularmente dos mais afetados e fragilizados pela crise que enfrentamos. O Senhor Presidente recordou que continuam a ser utilizados todos os canais digitais do Município para sensibilizar e informar, divulgar e promover toda a informação útil de que haja conhecimento, dirigida a toda a população, quer às Famílias, quer às Empresas e a outras Entidades. O Senhor Presidente sublinhou que o Município pretende ser um “interface agregador” da comunicação das ofertas de serviços e apoios sociais, o mais abrangente possível.-----

No período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Vereador José Filipe Cruz, relativamente à medida de isentar os munícipes do pagamento das rendas de edifícios municipais, perguntou se se trata apenas de rendas habitacionais ou se as empresas também estão abrangidas por essa isenção.-----

O Senhor Presidente esclareceu que a isenção abrange também os espaços municipais que se encontram concessionados, designadamente os bares, até ao final do ano.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse que a Câmara poderia eventualmente prever idêntico benefício para os empresários que têm imóveis arrendados mas que não são propriedade do Município e assim haveria uma uniformidade de critérios, abrangendo de igual forma todos os contribuintes.-----

O Senhor Presidente disse parecer-lhe que o Senhor Vereador José Filipe Cruz, com a sua sugestão, pretende que o Município se substitua ao Governo da República, situação que não é possível. Disse o Senhor Presidente que as medidas que têm sido tomadas pela Câmara, têm de ser entendidas como



complementares às medidas do Governo e a nível municipal não será possível partir para medidas da envergadura sugerida pelo Senhor Vereador, embora se esteja a ponderar a prorrogação de algumas medidas tomadas e até a introdução de outras mas sempre entendidas como complemento das medidas governamentais, essas sim, mais robustas.-----

O Senhor Presidente acrescentou que tal como foi dito por um membro da Assembleia Municipal, na última sessão ordinária, “tudo o que se possa fazer nesta altura, é sempre pouco” mas é um facto que o Município não consegue realizar tudo o que gostaria para aliviar as dificuldades dos municípios. O Senhor Presidente acrescentou que estando agora a ser elaborado o Orçamento Municipal e na sequência de ter recordado que os Senhores Vereadores poderão apresentar as respetivas sugestões, poderá o Senhor Vereador José Filipe Cruz integrar a sugestão agora apresentada, explicitando como preconiza que seja implementada.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse que se lhe for facultada a base de dados dos empresários do Concelho, terá todo o gosto de poder analisar as situações com critérios passíveis de tratamento global uniforme.-----

O Senhor Presidente, em resposta, referiu não ter dito ao Senhor Vereador José Filipe Cruz que o Município dispõe de uma base de dados que permite a análise segundo critérios que não sabe quais são. Assim, solicitou o Senhor Presidente ao Senhor Vereador que faça chegar o pedido de elementos que necessita para elaborar a sua proposta e se a base de dados existente responder ao solicitado, esses elementos ser-lhe-ão enviados para que possa apresentar uma proposta minimamente estruturada.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz disse que aquilo que pretendia era que fosse o Município a analisar a possibilidade de alargamento dos benefícios e perguntou quais foram os critérios utilizados para ter sido implementada a medida de isentar do pagamento das rendas todos os inquilinos de edifícios municipais.-

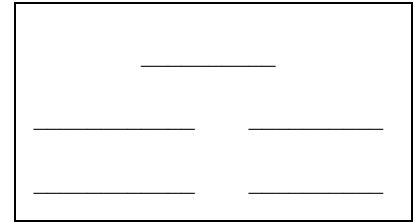
O Senhor Presidente, em resposta, disse que a isenção foi para todos, não tendo portanto sido fixado qualquer critério de seleção.-----

Ainda a propósito de medidas tomadas, o Senhor Vereador José Filipe Cruz referiu a isenção da derrama.-

-----  
O Senhor Presidente, a este propósito, disse que foi anunciada essa intenção pois esta medida só será concretizada na próxima proposta a apresentar à Assembleia Municipal até ao final do ano.-----

Referiu ainda o Senhor Vereador José Filipe Cruz que a participação de 5% do Município no IRS, neste período atípico em que não são realizadas muitas das iniciativas com a consequente diminuição das despesas correntes inerentes, deverá ser canalizada para despesas de capital.-----

O Senhor Presidente, em resposta, disse que é efetivamente isso que já está a acontecer, sendo possível realizar algumas obras que inicialmente não estavam previstas.-----



O Senhor Vereador José Filipe Cruz solicitou que lhe seja facultada informação sobre a parte das despesas suportadas pelo Município a nível de investimento, designadamente em projetos que obtiveram financiamento.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, ainda a propósito dos apoios a munícipes em situação económica precária, perguntou quantas pessoas estão a ser apoiadas.-----

O Senhor Presidente, em resposta, informou que estão a ser abrangidas cerca de vinte pessoas.-----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:-----

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta** – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 23 de setembro de 2020**

A Câmara aprovou, com três votos favoráveis, a ata relativa à reunião ordinária de 23 de setembro de 2020. Não participou na votação desta ata a Senhora Vereadora Helena Torrão, dado que não esteve presente na reunião a que a mesma se refere, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

**Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 7 de outubro de 2020** – A

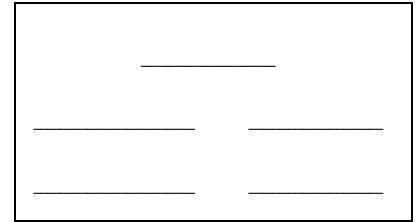
Câmara aprovou, com três votos favoráveis, a ata relativa à reunião ordinária de 7 de outubro de 2020. Não participaram na votação desta ata os Senhores Vereadores Paulo Manzoupo e Helena Torrão, dado que não estiveram presentes na reunião a que a mesma se refere, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

**Ponto quatro) Informação sobre a atividade da Câmara** – O Senhor Presidente referiu que no dia 7 de

outubro decorreu, no salão da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e com transmissão em direto no facebook do Município, o segundo sorteio da Campanha “Compre no Comércio Local – Vales Solidários”, promovida pelo Município de Viana em parceria com a ADRAL- Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, com o objetivo de ajudar a revitalizar a economia local. A campanha, que começou a 1 de agosto e terminará a 31 de outubro, atribui vales aos clientes que fizerem compras no valor mínimo de 10,00€ nos estabelecimentos aderentes, habilitando-se a um sorteio mensal no valor de 300,00€ para o 1.º prémio, 200,00€ para o 2.º prémio, 100,00€ para o 3.º prémio e 50,00€ para o 4.º e 5.º prémios. Os vencedores deste segundo sorteio foram:-----

1.º Prémio: Talão – 44631, Nome – Margarida Pereira, Estabelecimento – Mini-Mercado S. Pedro (Viana do Alentejo).-----





2.º Prémio: Talão – 16083, Nome – Maria Cacilda Saldanha, Estabelecimento – Ourivesaria Leitão (Viana do Alentejo)-----

3.º Prémio: Talão – 62672, Nome – Aurora Encarnação, Estabelecimento – Meu Super de Viana do Alentejo-----

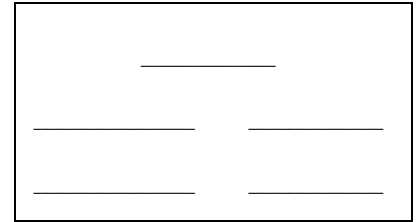
4.º Prémio: Talão – 42297, Nome – Maria Domingos Charrua, Estabelecimento – Meu Super de Alcáçovas-----

Entretanto, os premiados foram contactados, tendo um prazo de trinta dias, contados após a data do sorteio, para reclamarem os prémios, através do endereço eletrónico [gadecon@cm-vianadoalentejo.pt](mailto:gadecon@cm-vianadoalentejo.pt) ou pessoalmente nos balcões municipais de Alcáçovas e de Viana do Alentejo ou na Junta de Freguesia de Aguiar. O Senhor Presidente recordou que participam 84 estabelecimentos na Campanha.-----

O Senhor Presidente informou que no dia 10 de outubro teve início a CVAR – Campanha de Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica, promovida pela DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária em colaboração com o Município. No dia 10 de outubro a vacinação decorreu na Freguesia de Viana do Alentejo, e no dia 17 de outubro decorreu na Feguesia de Aguiar e na freguesia de Alcáçovas decorrerá no dia 24 de outubro. Todas estas ações cumprem as normas emanadas pela DGS – Direção-Geral da Saúde no âmbito da Covid-19 e este ano se verificou-se um atraso nesta campanha anual que esteve suspensa a nível nacional, devido à pandemia da Covid-19.-----

O Senhor Presidente informou que este Município, a Associação Terra Mãe e a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado, associaram-se à *Focus Week* Distrital de Luta Contra a Pobreza, que decorreu no Distrito de Évora entre os dias 11 e 20 de outubro, no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, que se assinalou no dia 17 de outubro. Foram colocadas faixas alusivas à iniciativa e, no dia 16 de outubro, assinalou-se o Dia de Branco, onde trabalhadores e dirigentes do Município foram convidados a vestirem-se de branco, como símbolo do combate à pobreza. Nesse mesmo dia, a Associação Terras Dentro organizou e dinamizou a sessão “Treino de Competências – O que é ser pobre nos dias de hoje”. Esta iniciativa, organizada pela EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, com o mote “Partipe! Diga não à pobreza”, pretendeu sensibilizar a população para um problema mundial e contou com a participação de diversas entidades públicas e ONGs – Organizações Não Governamentais do Distrito de Évora.-----

O Senhor Presidente referiu que no dia 11 de outubro, o Oleiro Vianense Feliciano Agostinho esteve presente no programa “Somos Portugal”, da TVI. Nesta edição, que decorreu durante a tarde, o oleiro mostrou a sua arte e representou a olaria tradicional do concelho de Viana do Alentejo. Recorda-se que a olaria é uma das mais antigas e tradicionais atividades de Viana do Alentejo: Em 1893, a Cooperativa Vianense “União Vinícola e Oleícola do Sul”, pela mão do seu mentor António Isidoro de Sousa,

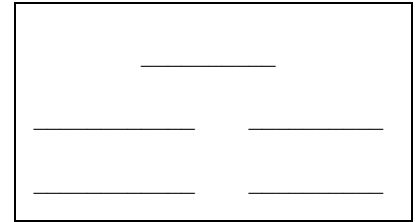


congregou esforços para a fundação de uma Escola de Cerâmica em Viana do Alentejo, que viria a ser edificada em 1894 na qual foram mestres José Albino Dias, Júlio Resende e Francisco Lagarto. A escola perdeu a sua especialização original em 1948, mas a tradição manteve-se, constituindo uma das maiores riquezas do Património Artístico Cultural do Concelho. O Município apoiou esta ação, que também se traduz em promoção do nosso território, através da cedência de transporte.-----

O Senhor Presidente referiu que no dia 13 de outubro teve lugar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, no Cineteatro Vianense, tendo como ponto único “Realização do ato eleitoral para o cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 3.º - F, do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na atual redação, e do Regulamento Eleitoral, aprovado em anexo à Portaria n.º 553/2020, de 28 de agosto”. O Senhor Presidente explicou, de uma forma sucinta, que os cargos de Presidente e de Vice-Presidente das CCDRs – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional passaram a ser obtidos através de eleições indiretas. No caso do cargo do Presidente, fazem parte do colégio eleitoral o Executivo Municipal (com e sem pelouro), a Mesa da Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia Municipal incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia. O Vice-Presidente, é eleito no âmbito das CIM – Comunidades Intermunicipais, fazendo parte do colégio eleitoral os membros dos respetivos Conselhos Intermunicipais.-----

Para o cargo de Presidente CCDRA – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo houve dois candidatos: António Ceia da Silva, candidato apoiado pelo PS – Partido Socialista e atual presidente da ERTAR – Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, e Roberto Grilo, que liderou uma candidatura independente e era presidente da CCDRA à data do ato eleitoral. O primeiro obteve 512 votos e o segundo 418, num universo de 1288 eleitores inscritos, tendo votado 1185. Assim, foi eleito presidente da CCDRA, António Ceia da Silva. Para o cargo de Vice-Presidente, foi eleito Aníbal Costa, com 26 votos, num universo de 47 eleitores inscritos, tendo votado 42.-----

O Senhor Presidente referiu que no dia 13 de outubro assinalou-se o oitavo aniversário da inauguração do relvado sintético do SCVA - Sporting Clube de Viana do Alentejo, um sonho antigo concretizado através da parceria entre quatro entidades: o próprio clube, o Município de Viana do Alentejo, a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e a Caixa de Crédito Agrícola. O programa da inauguração incluiu jogos das equipas de formação e um jogo de velhas guardas entre o SCVA e o SCA – Sport Club Alcaçovense. Este piso de relva sintética veio melhorar as condições de todos os atletas e possibilitar um incremento da prática de futebol nas camadas jovens. A propósito dos arrelvamentos sintéticos, recorda-se que em 10 de novembro de 2012 foi inaugurado o relvado sintético do campo do SCA, que contou com o apoio

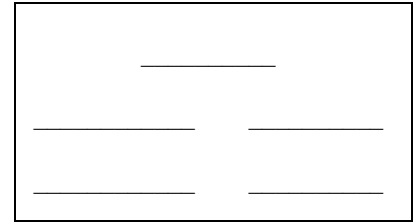


do Município e a 4 de novembro de 2018 foi inaugurado o relvado sintético e os balneários do GCDA – Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, também com o apoio do Município.-----

O Senhor Presidente informou que no dia 14 de outubro reuniu a Comissão Municipal de Proteção Civil, por videoconferência, à qual presidiu e onde participaram os membros Lília Batista, em representação do CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora; Sandra Fragoso, representante do Serviço Local da Segurança Social neste Concelho, Miguel Fadista, Comandante do Corpo de Bombeiros de Viana do Alentejo; Joaquim Viegas, em representação das Juntas de Freguesia do Concelho e os convidados Dr. José Ramalho, Diretor do Centro Distrital da Segurança Social; João Penetra, Provedor da SCMVA – Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas; Rui Pão-Mole, Provedor da SCMVA – Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo e António Valido, responsável pela Residência Nossa Senhora d’Aires – Lar de Idosos de Aguiar. De entre os vários os assuntos abordados, destaca-se o ponto de situação da pandemia COVID-19, os espaços de isolamento profilático de 1.ª e 2.ª linhas e a articulação de serviços de Coordenação Geral dos Equipamentos para Isolamento Profilático.-----

O Senhor Presidente informou ter participado no dia 15 de outubro na reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil de Évora, com recurso a videoconferência. Integram esta Comissão três presidentes de Câmaras Municipais designados pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que um deles a preside; o Comandante do Comando Distrital de Operações e Socorro de Évora; um representante de cada ministério, designado pelo respetivo Ministro; os responsáveis máximos das forças e serviços de segurança existentes no Distrito (GNR – Guarda Nacional Republicana e PSP – Polícia de Segurança Pública); um representante do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica, um representante da Liga de Bombeiros Portugueses e um representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. Tendo em conta os riscos existentes, relacionados com a COVID-19, o Presidente desta Comissão considerou fundamental a participação de todos os presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Évora. De entre os assuntos abordados, destaca-se o ponto de situação geral da pandemia Covid-19 no Distrito de Évora: ponto de situação de várias entidades e setores, Área da Saúde (perspetivas de evolução da pandemia, previsão de impacto nos serviços de saúde, plano de vacinação da gripe sazonal, operacionalização do Hospital de Campanha), Área da Segurança Social (visitas de verificação de ERPI – Estruturas de Residência Permanente de Idosos) e Área da Educação (abertura do ano letivo, orientações para a Comunidade Escolar).-----

O Senhor Presidente informou que no dia 16 de outubro participou na reunião mensal do Conselho de Administração da GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, em representação da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, em Évora.-----

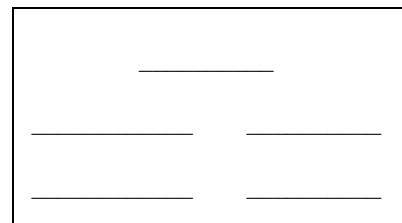


O Senhor Presidente informou que no dia 17 de outubro assinalou-se o oitavo aniversário da inauguração da Loja Social de Viana do Alentejo. Recorda-se que esta resposta social solidária, que resulta de uma parceria entre o Município e as Associações Terra Mãe e Terras Dentro, pretende colmatar as necessidades sentidas pelas famílias mais carenciadas, cedendo gratuitamente bens, como vestuário, calçado, têxteis, brinquedos, material didático e mobiliário. A Loja Social, que tem vindo ao longo destes anos a efetuar um trabalho de proximidade com a população, beneficia da importante colaboração de um grupo de voluntárias inscritas no BLV – Banco Local de Voluntariado que apoiam o funcionamento da Loja. A Loja Social funciona atualmente na antiga Oficina da Criança, no edifício do Cineteatro.-----

O Senhor Presidente informou que no dia 19 de outubro reabriu a Loja CTT em Viana do Alentejo, depois de ter fechado em 2018 e ter passado a Posto de Correios, sendo o seu funcionamento assegurado pela Junta de Freguesia local desde então. Disse o Senhor Presidente estar muito satisfeito, dado que a medida vai ao encontro das aspirações do Município. Lembrou que os executivos da Câmara e da Junta de Freguesia de Viana manifestaram-se, na altura, contra a decisão, tendo envidado todos os esforços junto de diversas entidades para que os serviços se mantivessem. Disse o senhor Presidente ter estado presente na sessão de abertura, juntamente com o Senhor Presidente da Comissão Executiva dos CTT – João Bento, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e alguns diretores dos CTT. A Loja CTT de Viana do Alentejo vai estar aberta ao público nos dias úteis, das 9h às 12h30h e das 14h às 17h30h, oferecendo mais produtos e serviços. O Senhor Presidente salientou que esta é a 19.ª Loja, em sede de Concelho, a reabrir no âmbito do compromisso dos CTT na reabertura de lojas únicas em sedes de Concelho.-----

O Senhor Presidente referiu que também no dia 19 de outubro teve lugar o *briefing* semanal, entre o SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo, os BVVA – Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Covid-19, tendo sido efetuado um ponto da situação epidemiológica, por via da informação disponibilizada através do CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora, troca de informações entre as várias entidades participantes, ocorrências mais relevantes e planeamento de trabalhos.-----

O Senhor Presidente informou que ainda no dia 19 de outubro reuniu o Núcleo Executivo da Rede Social de Viana do Alentejo, através de videoconferência, na qual participaram representantes da CMVA – Câmara Municipal de Viana do Alentejo; Sandra Fragoso, do Serviço Local da Segurança Social de Viana do Alentejo; Carla Malaca, da Associação Terras Dentro e Susana Belga, da Associação Terra Mãe. Foram transmitidas algumas informações relacionadas com o momento, tendo-se concluído que as entidades da área social continuam a dar resposta à população e a articular entre si muito regularmente.-----



O Senhor Presidente informou que no dia 20 de outubro, participou na reunião mensal do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, com recurso a videoconferência.-----

**Ponto cinco) Conhecimento dos despachos proferidos pelo Senhor Vice – Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística** – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice – Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística.-----

**Ponto seis) Proposta de ratificação do Despacho do Senhor Presidente que aprovou benefícios no âmbito da Ação Social Escolar** – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara ratificou por unanimidade o Despacho do Senhor Presidente de 2 de outubro de 2020, através do qual foram concedidos ao aluno do 1.º ciclo do Ensino Básico de Viana do Alentejo, Rafael Serrão Gonçalves, os seguintes benefícios no âmbito da Ação Social Escolar:-----

-- Subsídio de refeição – Escalão A-----

-- Apoio nas visitas de Estudo – Escalão A-----

**Ponto sete) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais** – Nos termos das propostas da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas:-----

-- Associação Grupo Coral Feminino “Cantares de Alcáçovas”/ 2.º e 3.º trimestres de 2020—360,00 € (trezentos e sessenta euros)-----

-- Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo/ 3.º trimestre de 2020 – 180,00 € (cento e oitenta euros)---

-- Sociedade União Alcaçovense / 3.º trimestre de 2020:-----

-----» Banda Filarmónica – 180,00 € (cento e oitenta euros)-----

-----» Escola de Música – 217,80 € (duzentos e dezassete euros e oitenta cêntimos)-----

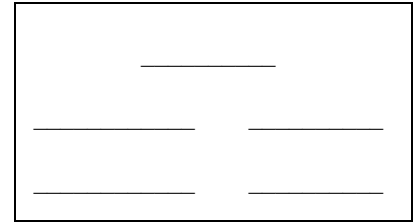
»Grupo de Teatro Amador – 210,00€ (duzentos e dez euros)-----

**Ponto oito) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso** – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso aos seguintes munícipes:-----

• Amarílis Francisca Fragoso Carvalho Pires, de Viana do Alentejo.-----

• Digna de Jesus Cachapa Abreu Monteiro, de Aguiar.-----

**Ponto nove) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso** – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal



respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso dos seguintes munícipes:-----

- Manuel António Pinto e Teresa de Jesus Bento Xarope Pinto, de Viana do Alentejo.-----
- Manuel Paulo Camelo Neto, de Alcáçovas-----

**Ponto dez) Proposta de atribuição de apoio em espécie, no âmbito da “Oficina Domiciliária”** - Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir o seguinte apoio em espécie, no âmbito da “Oficina Domiciliária”:-----

- Titular do Cartão n.º 479 – Olivia da Conceição Pintado Nogueira Pão Mole – Substituição de 2 janelas-----

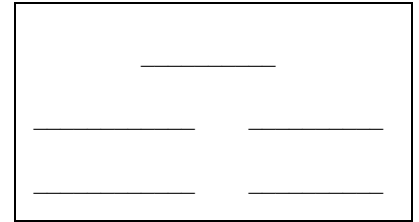
**Ponto onze) Proposta de deferimento do pedido de averbamento na licença de Taxi n.º 6 de Joaquim Manuel Capinha Bacalas, Lda; do veículo de matrícula AC-09-VJ, em substituição do veículo de matrícula VD-56-46** – A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de Joaquim Manuel Capinha Bacalas, Lda; com sede em Viana do Alentejo, titular do Alvará n.º 104307 para o exercício da atividade de transporte em Táxi, no sentido de na respetiva licença de táxi ser averbado o veículo de matrícula AC-09-AJ de marca Renault Megane em substituição do veículo de matrícula VD-56-46, da marca Mercedes-Benz, por este se encontrar danificado.-----

**Ponto doze) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 2 (último) relativo à Empreitada de Remodelação dos Sanitários Públicos da Praça da República em Viana do Alentejo** – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 2 (último) relativo à Empreitada de Remodelação dos Sanitários Públicos da Praça da República em Viana do Alentejo, no montante de 5 174,22 € (cinco mil cento e setenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos)-----

**Ponto treze) 4.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Receita** – Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão, a Câmara aprovou a 4.ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Receita.-----

**Ponto catorze) 15.ª Proposta de alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais** – Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão, a Câmara aprovou a 15.ª proposta de alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais.-----

**Ponto quinze) Proposta de alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos** - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão, a Câmara aprovou a 14.ª proposta de alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos.-----



**Ponto dezasseis) 22.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa** - Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão, a Câmara aprovou a 22.ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa.-----

**Ponto dezassete) Proposta de designação do diretor de fiscalização da Empreitada de Requalificação**

**Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires** – Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 305.º com o artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual; a Câmara, por unanimidade, designou Diretor de Fiscalização da Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires, o Técnico Superior(Engenheiro Civil) deste Município, João Luis Fouto Lourenço.-----

**Ponto dezoito) Proposta de designação do Coordenador de Segurança em Obra da Empreitada de**

**Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires-** Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto – Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, na atual redação; a Câmara, por unanimidade, designou Coordenador de Segurança em Obra na Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires, o Técnico Superior (Engenheiro Civil) deste Município, João Luís Fouto Lourenço.-----

**Ponto dezanove) Proposta de designação do Coordenador de Segurança em Obra da Empreitada de**

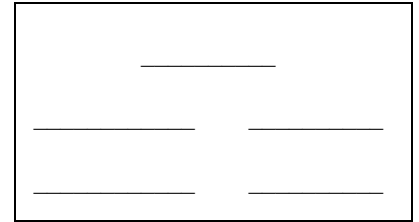
**Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires** – Nos termos da proposta do Coordenador de Segurança da Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires, a Câmara deliberou por unanimidade validar parcialmente o Plano de Segurança para a fase de obra, devendo a entidade executante (Manteivias – Engenharia e Construção, S.A) apresentar os elementos ainda em falta.-----

**Ponto vinte) Proposta de celebração de Protocolo de Parceria com a Associação Bandeira Azul da**

**Europa, no âmbito do Programa Eco – Escolas e de autorização da transferência da verba respetiva** –

Foi apresentada uma proposta de celebração de um protocolo de parceria com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), no âmbito do Programa Eco-Escolas e de autorização do pagamento da contribuição de 70,00€ (setenta euros) relativa à inscrição da Escola Dr. Isidoro de Sousa no referido Programa, no corrente ano letivo.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz, tal como em anos anteriores, manifestou a opinião de que esta iniciativa deveria ser alargada às Escolas de Alcáçovas e Aguiar, não devendo circunscrever-se apenas à Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, de Viana do Alentejo. Em sua opinião, a inscrição neste Programa deveria ser do Agrupamento e não apenas da Escola Dr. Isidoro de Sousa. Disse ainda



este Vereador que o Município, na qualidade de parceiro, deveria insistir para que a inscrição fosse alargada.-----

O Senhor Presidente, a este propósito, disse que como já referiu anteriormente, já abordou a Senhora Diretora do Agrupamento acerca deste assunto tendo-lhe ela transmitido que não tem existido na Escola de Alcáçovas, a disponibilidade dos professores para o efeito, contrariamente ao que sucede na Escola Dr. Isidoro de Sousa.-----

Disse ainda o Senhor Presidente que conforme também já informou, a Senhora Diretora do Agrupamento transmitiu-lhe que apesar da inscrição ser apenas em nome da Escola Dr. Isidoro de Sousa, as iniciativas envolvem alunos das três freguesias do Concelho.-----

O senhor Presidente acrescentou que no seu entender nada mais terá de fazer acerca deste assunto, cabendo-lhe respeitar a gestão do Agrupamento.-----

Questionado pelo Senhor Presidente sobre se estava esclarecido, o Senhor Vereador José Filipe Cruz respondeu estar esclarecido mas não conformado com o facto de não existirem professores em Alcáçovas e em Aguiar que se disponibilizem para este projeto.-----

O senhor Vice- Presidente, a este propósito, referiu que se a Escola de Alcáçovas tivesse a sua independência, possivelmente seria mais pertinente a estranheza do Senhor Vereador José Filipe Cruz quanto à falta de disponibilidade dos professores para integrarem o projeto.-----

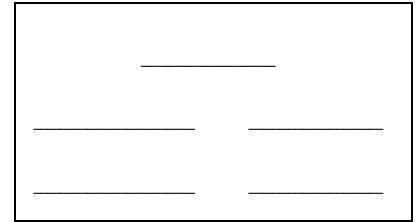
O Senhor Presidente acrescentou que a sensibilização para o assunto já foi feita por si junto da Senhora Diretora do Agrupamento e que mais do que isso seria intrometer-se na respetiva gestão, coisa que não fará até porque considera que a mesma está a ser bem executada.-----

Assim, por unanimidade, foi aprovada a proposta de protocolo referida, bem como autorizado o pagamento de 70,00€ (setenta euros) relativo à inscrição da Escola Dr. Isidoro de Sousa no Programa Eco-Escolas,-----

**Ponto vinte e um) Pedido de redução do pagamento de taxas no âmbito do Processo n.º 221/18 cujo requerente é Tiago José Viegas Pires** – Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao Processo n.º 221/18, cujo requerente é Tiago José Viegas Pires, a Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de redução do pagamento de 50% das taxas municipais aplicáveis ao licenciamento das obras de construção de habitação na Travessa da Lindina, n.º 3 e na Rua do Posto, n.ºs 7 e 7 A, em Viana do Alentejo.-----

**Ponto vinte e dois) Proposta de notificação para que o requerente CAPACONSELHAMENTO – Aconselhamento e Psicoterapia, Unipessoal, Lda; apresente pedido de legalização no âmbito do Processo n.º 173/19** – Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao Processo n.º 173/19, cuja requerente é a Empresa CAPACONSELHAMENTO –





Aconselhamento e Psicoterapia, Unipessoal, Lda, a Câmara deliberou, com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão, notificar a requerente para que no prazo de trinta dias a contar da receção da notificação, apresente o pedido de legalização das obras de alteração de fachada, realizadas no imóvel sito na Estrada Nacional 2, n.ºs 24 e 26, em Alcáçovas.-----

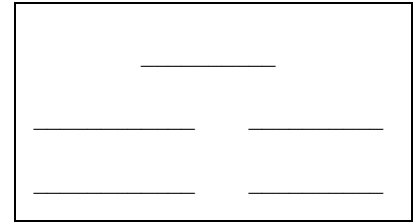
**Ponto vinte e três) Proposta de notificação para que o requerente Umbelina Maria Camelo Dias, apresente pedido de legalização no âmbito do Processo n.º124/20** – Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao Processo n.º 124/20, cuja requerente é Umbelina Maria Camelo Dias; a Câmara deliberou, com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão, notificar a requerente para que no prazo de trinta dias a contar da data de receção da notificação, apresente o pedido de legalização da alteração de fachada ocorrida no prédio sito na Rua da Esperança, n.º 48, em Alcáçovas.-----

**Ponto vinte e quatro) Proposta de deliberação no âmbito do Processo n.º18/13.3 TAF de Beja (Herdade Vale Lameira – Parcela J / Alcáçovas** – A Câmara apreciou a Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística, relativa ao Processo n.º 18/13.3. Beja. É referido nessa informação que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, através do seu ofício n.º 004 138 176, de 17 de outubro de 2019, veio comunicar a sentença que declarou nulo o ato administrativo, adotado pelo Município de Viana do Alentejo em 4 de julho de 2003, mediante o qual foi autorizada a “construção de uma piscina” na “Herdade de Vale Lameira”,(parcela J) na Freguesia de Alcáçovas, condenando o Município de Viana do Alentejo a proceder, no prazo de vinte dias, à instauração, instrução e decisão de procedimento de legalização tendo por objeto a identificada construção de piscina.-----

Na sequência da sentença proferida, é proposto que a Câmara delibere no sentido da realização de uma vistoria para aferir a situação no local e confirmar se a edificação foi executada em conformidade com o projeto apresentado e aprovado, notificando previamente os Proprietários Nelson Alexandre Gomes Pereira e Outra para participarem nesse ato ou indicarem Representante.-----

Esta proposta foi aprovada com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores José Filipe Cruz e Helena Torrão.-----

**Ponto vinte cinco) Proposta para elaboração da alteração do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, adaptando-o ao quadro Jurídico eficaz** – O Senhor Vice – Presidente fez uma apresentação genérica da proposta de iniciar o procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, bem como da proposta dos respetivos termos de referência.-O Senhor Vice – Presidente recordou que a primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo foi aprovada pela

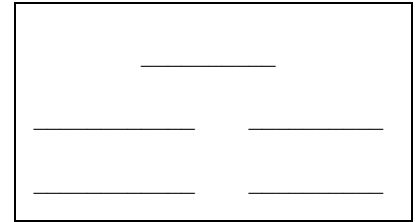


Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, na sua sessão ordinária de 26 de junho de 2015, publicada através do Aviso n.º 11913/2015, no *Diário da República*, II Série, n.º 203, de 16 de outubro, tendo sido objeto de uma correção material, aprovada pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo, na sua reunião ordinária realizada a 23 de março de 2016, publicada através do n.º 5400/2016, no 2015, no *Diário da República*, II Série, n.º 80, de 26 de abril, e, posteriormente, de uma alteração por adaptação, de carácter pontual, aprovada pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo, na sua reunião ordinária realizada a 20 de abril de 2016, publicada através da Declaração n.º 33/2016, no *Diário da República*, II Série, n.º 91, de 11 de maio.-----

Dado que a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) foi aprovada no quadro legal anterior à atual Lei das Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e do atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), constante do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio JIGT, torna-se necessário adequar o PDM ao novo quadro legal decorrente da reforma instituída por estes instrumentos legislativos, em concreto no que se refere às novas regras relativas à classificação e à qualificação do solo, nos termos das disposições conjugadas do artigo 199.º, n.º 1 do RJIGT e do artigo 35.º-D do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, por alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio;

Está também o Município de Viana do Alentejo obrigado, nos termos do artigo 78.º, n.º 1 da Lei n.º31/2014, de 30 de maio, a incorporar no PDM, as regras dos dois planos especiais de ordenamento do território em vigor no concelho: o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/98, de 26 de dezembro e o Plano de Ordenamento da Albufeira do Pego do Altar, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2005, de 24 de fevereiro;-----

Disse o Senhor Vice – Presidente que o cumprimento destas obrigações justifica a abertura de procedimento de alteração do PDM, no âmbito da qual se incorporará ainda a redelimitação da REN, considerando a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais, aprovadas pela Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro; a introdução no PDM das novas regras relativas às florestas e aos incêndios florestais e da carta de perigosidade de risco de incêndio florestal, bem como, a alteração das regras relativas aos parâmetros de estacionamento (artigo 85.º do Regulamento do PDMVA) no âmbito de operações urbanísticas a realizar em solo urbano, em função da avaliação efetuada na gestão urbanística municipal quanto às regras em questão serem demasiado exigentes para as necessidades efetivas de estacionamento no Município.-----



O Senhor Vice – Presidente acrescentou que os Termos de Referência que também serão submetidos a aprovação da Câmara Municipal, contemplam a fundamentação para a dispensa da avaliação ambiental da alteração.-----

O Senhor Vereador José Filipe Cruz perguntou se por via desta alteração ao Plano Diretor Municipal, serão alteradas as áreas urbanizáveis, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que a dimensão das áreas urbanizáveis se manterá. Acrescentou que esta alteração configura uma adaptação ao quadro legal atualmente em vigor, incorporando algumas normas que entretanto se tornaram obrigatórias nos Planos Diretores Municipais. Disse ainda que este procedimento de adaptação é mais simples do que um processo de revisão.-----

O Senhor Vice – Presidente disse ainda que com esta adaptação, aproveitar-se-á para corrigir algumas normas de forma a que o Plano Diretor Municipal responda mais eficazmente às verdadeiras necessidades dos munícipes. A este propósito, exemplificou com a necessidade de corrigir os parâmetros de estacionamento que no caso da Zona Industrial de Alcáçovas se revelam exagerados e desadequados à realidade em causa.-----

Assim, com os pressupostos referidos, foram submetidas à Câmara Municipal, nos termos das alíneas, a) e k) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual, as seguintes propostas:-----

A) A abertura de procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo nos termos dos artigos 76.º, n.º 1, 115.º, n.º 2, alíneas a) c) e 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

B) A aprovação dos Termos de Referência da alteração.-----

C) A aprovação da publicitação da deliberação que determine o início do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, nos termos do disposto no artigo 76.º, n.º 1 do RJIGT-----

D) A abertura de um período de participação pública (preventiva) pelo prazo de 15 dias, nos termos do disposto no preceito legal supra referido e no artigo 88.º, n.º 2 do RJIGT.-----

E) A fixação do prazo de 6 (seis) meses para conclusão do procedimento-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas.-----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

_____	
_____	_____
_____	_____

Eu,

, Chefe da DGR, a subscrevi

O Presidente,

Os Vereadores,